



Atos do Executivo nº 1882112
Disponibilização: 23/01/2026
Publicação: 23/01/2026

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP
01012-000
Telefone: 33971200



CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ
BIÊNIO 2025 – 2026

Ata da 11ª/139ª Reunião Plenária Ordinária Presencial do CPM/ Sé

No 01º dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, em atendimento à Convocação Documento SEI nº 146581981, publicada em Diário Oficial do Município do dia 25 de novembro do corrente ano, realizou-se presencialmente, em primeira chamada, com início efetivo às 18:45, a **139ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Participativo Municipal Sé, sendo a 11ª do biênio 2025/2026**, nas dependências da sede da Subprefeitura Sé, [Rua Álvares Penteado n. 49](#), Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pelo Coordenador Sr. Antonio Ronaldo dos Santos, Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti e Secretária-Adjunta Maria Lilian Galvarro Peña. Integrando a mesa também e o Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda, representando a Subprefeitura Sé. Após as boas-vindas a todos Conselheiros e convidados, a reunião continuou conforme pauta abaixo discriminada.

PRIMEIRA PARTE

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor;
2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Munícipes e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Devolutiva da Praça Rotary;
7. Regramento para o Grupo de Trabalho;
8. Furto de Fios na região da Liberdade.

TERCEIRA PARTE

9. Informes Gerais; finalização e agradecimentos.

PAUTA ABERTA

Verificação de quórum e leitura da pauta.

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-geral, ou em exercício, Secretário-adjunto e Interlocutor; 2. Boas-vindas e apresentação de representantes do poder público, e/ou autoridades presentes; 3. Leitura da pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;

4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Munícipes e Conselheiros;

O munícipe Ivan, morador da Rua Gênero da Carinha, nº 415, relatou que solicitou à Prefeitura, em maio de 2024, autorização para o plantio de uma árvore, sem que até o momento tenha obtido qualquer resposta. Informou dificuldades de comunicação com a Secretaria do Meio Ambiente, inclusive ausência de informações sobre o número do processo, o qual estaria vinculado a servidor que não atua mais na comissão. Ressaltou a importância do aumento da arborização na região. Também apontou a existência de um tronco de árvore morto, localizado na Rua Cesário Mota Júnior, nº 339, esquina com a General Jardim, que inclusive possui fiação de telefonia amarrada, apesar de reiteradas reclamações dos moradores.

Além disso, o munícipe destacou problemas nas calçadas da região, especialmente piso levantado e falhas de acabamento em áreas de instalações hidráulicas, oferecendo riscos à segurança, sobretudo de idosos, mencionando inclusive um caso de queda com consequências graves. Reforçou a necessidade de acabamento adequado, sinalização e acessibilidade, em atenção à segurança de idosos e pessoas com deficiência.

Na sequência, o Interlocutor Cel. Arruda, fez uso da palavra e relatou situações envolvendo bases comunitárias de policiamento. Ressaltou a importância da doutrina de polícia comunitária, destacando que a base deve atuar de forma integrada com a comunidade, conhecendo os moradores, dialogando e promovendo ações de proximidade, e não apenas como ponto de registro de ocorrências.

Afirmou que a Base Comunitária que está na Rotary já teve histórico positivo de atividades culturais e comunitárias, como cinema na praça, mas que, em algum momento, houve perda dessa diretriz. Defendeu que a principal atividade policial é servir e proteger a comunidade, e que ações ostensivas representam apenas pequena parte do trabalho policial.

Relatou que conversou recentemente com um coronel responsável sobre a necessidade de requalificação dos policiais que atuam em bases comunitárias e também sobre o estacionamento irregular de viaturas sobre calçadas, rampas de acesso e pisos podotáteis, prejudicando pessoas com deficiência. Manifestou expectativa de que a conversa resulte em providências.

O munícipe André Luzi, informou que acompanha a situação da Praça Roosevelt desde o início dos anos 2000 e que, juntamente com o Coletivo Ocupa Praça Roosevelt, passou a acompanhar o novo projeto de reforma do espaço. Destacou a necessidade de transparência quanto aos prazos, metodologia e recursos envolvidos, defendendo uma participação social efetiva. Embora a gestão da reforma não seja diretamente da Subprefeitura, ressaltou a importância de mecanismos de acompanhamento pelo Conselho, sugerindo a criação de subcomissão no âmbito do Grupo de Trabalho para monitoramento do processo.

Apontou a ausência de informações objetivas, como o valor destinado à reforma e o instrumento legal de gestão, mencionando preocupação com a hipótese de parceria público-privada. Por fim, destacou a urgência da criação do Comitê de Usuários da Praça Roosevelt, ressaltando a existência de coletivos atuantes e de legislação municipal e federal sobre o tema, e solicitou esclarecimentos sobre quando o referido comitê será efetivamente implementado.

Em resposta, o interlocutor Cel. Arruda, explicou que a demanda chegou por intermédio do conselheiro Lui Seixas e que há diálogo em andamento sobre os caminhos mais adequados para a criação do Comitê de Usuários. Sobre os recursos financeiros, informa-se que não há, no momento, o valor total disponível, mas que a referência orçamentária pode ser encaminhada posteriormente por meio do conselheiro Lui, que será utilizado como ponto focal de comunicação com o grupo.

Acrescentou que existem diferentes possibilidades de intervenção na praça, inclusive aquelas mencionadas como parcerias, mas que não há, até o momento, informações precisas sobre esse tema. Ressaltou que o projeto atualmente em andamento prevê, essencialmente, a recomposição do que foi danificado, sem alterações significativas no modelo original. Comprometeu-se a verificar as informações e manter o diálogo por meio do conselheiro indicado.

Explicou que os recursos mencionados serão aplicados no exercício seguinte. Confirmou que os projetos ainda se encontram em fase de licenciamento e aprovação, estando em estágio semelhante a outros projetos correlatos, com tramitação administrativa regular. Solicitou autorização para que as informações sejam verificadas com mais precisão e posteriormente encaminhadas ao conselheiro Lui, pedido que é aceito, com agradecimento.

A munícipe Paula Ventura levantou questionamentos sobre a relação entre a Zeladoria e o Conselho Participativo, indagando sobre as competências de cada instância na deliberação e encaminhamento de demandas. Em resposta, o Cel. Arruda esclareceu que existem diversas instâncias de participação social com atribuições distintas, porém complementares, todas voltadas à aplicação adequada dos recursos públicos e à melhoria das condições do território. Destacou o papel histórico dos Conselhos Comunitários, especialmente na área da segurança pública, enfatizando a importância da prevenção, da escuta da comunidade e da correção de fatores ambientais que impactam a ordem pública, ressaltando que tais princípios também se aplicam à atuação do Conselho Participativo.

Na sequência, Paula Ventura relatou preocupações relacionadas à segurança no Largo do Arouche, solicitando maior ronda policial, e questionou a supressão de uma palmeira em frente a uma base recentemente instalada, reconhecendo os benefícios da base, mas apontando a retirada da árvore como ponto negativo. Mencionou ainda problemas de uso viário, com concentração de veículos de aplicativo, sugerindo estudo para fechamento da via e incorporação do espaço à praça, ampliando a área de uso coletivo.

A munícipe destacou a intensa utilização da praça por coletivos esportivos, crianças e famílias, defendendo a realocação do cachorródromo para área mais visível e segura. Apontou também a necessidade de organização da entrega de marmitas, esclarecendo não se tratar de posicionamento preconceituoso, mas de preocupação sanitária e ambiental, em razão do acúmulo de lixo e atração de animais.

Foram ainda relatados problemas quanto à gestão do espaço do terminal com parquinhos infantis, impactos na feira local e a presença de cães soltos, gerando sensação de insegurança. Paula reforçou a importância do diálogo e de soluções equilibradas que respeitem pessoas em situação de vulnerabilidade e a organização do espaço público.

Por fim, trouxe ao conhecimento do Conselho o caso de uma moradora em situação de extrema vulnerabilidade, solicitando apoio do poder público para abordagem humanizada. Em resposta, o interlocutor Cel. Arruda informou que acionará a SMADS para atendimento pela equipe de assistência social. O interlocutor também orientou que, em casos de cães agressivos, seja registrado boletim de ocorrência para viabilizar a atuação da Zoonoses, destacando a limitação de vagas e a necessidade de ações preventivas, como a castração.

A munícipe Luciana Bolognini manifestou-se sobre a situação da Praça Rotary, na Vila Buarque, agradecendo as recentes ações de zeladoria, como pintura, limpeza e adequação do piso, que resultaram em melhorias na acessibilidade e no aspecto visual do espaço. Ressaltou, contudo, que as intervenções realizadas são pontuais e configuram manutenção, sendo ainda necessária uma reforma estrutural mais ampla, com expectativa de elaboração de projeto futuro. Agradeceu ao Conselho Participativo Municipal pela destinação de verba para a revitalização da praça.

A munícipe apontou a falta de lixeiras nas áreas com mesas destinadas à alimentação, o que contribui para o acúmulo de resíduos, bem como relatou infestação de ratos, com identificação de tocas próximas às mesas e árvores, destacando o risco sanitário, especialmente para crianças e animais. Solicitou a realização de desratização interna, por meio de parceria entre a Subprefeitura e a Vigilância em Saúde Ambiental.

Também foi questionada a qualidade da areia do tanque infantil, considerada inadequada para uso por crianças e possivelmente oriunda de resíduos de construção, com relatos de problemas de saúde, sendo solicitada sua substituição por material apropriado.

Em resposta, o Cel. Arruda informou que já houve reunião na Subprefeitura, com a presença de representantes da Subprefeitura Sé, do CPM, da Coordenadoria de Obras, da liderança da Praça Rotary e do CONSEG Campos Elíseos, ocasião em que foi apresentado o mapa do projeto de revitalização e indicados os pontos onde seriam realizadas as intervenções. Comprometeu-se ainda a verificar, junto aos órgãos competentes, a possibilidade de substituição da areia por material adequado, bem como a consultar especialistas para embasar tecnicamente as decisões, reforçando a busca por soluções equilibradas, seguras e alinhadas ao interesse da comunidade.

A munícipe Carol, representante do coletivo da Praça Roosevelt, manifestou insatisfação com a falta de informações claras sobre o projeto de reforma da praça e reforçou questionamentos já apresentados anteriormente. Solicitou esclarecimentos quanto à existência de legislação aplicável, à inclusão dos quiosques no projeto, ao trâmite administrativo e aos canais de acesso às informações, destacando que a comunidade frequentemente cobra respostas. Reivindicou transparência quanto à metodologia de participação social na apresentação do projeto executivo, informando que o coletivo realizou pesquisa com mais de 400 participantes, a ser divulgada, refletindo as demandas da comunidade. Questionou ainda o modelo de gestão da praça e a participação da Subprefeitura nesse processo.

Em resposta, o Cel. Arruda reconheceu falhas na circulação de informações e afirmou não ter recebido comunicação oficial até o momento, admitindo imprecisão em algumas respostas.

Comprometeu-se a buscar informações formais junto aos órgãos competentes, retornar com respostas precisas e protocolar os esclarecimentos, ressaltando a importância de que a comunidade seja ouvida, considerando o caráter icônico da praça.

A municipalidade também solicitou informação oficial sobre o valor do projeto, reforçou a demanda pela instalação de lixeiras em diversos pontos do entorno da praça, especialmente em áreas de eventos e feiras, e voltou a questionar a criação do Comitê de Usuários.

O municipalidade André questionou qual órgão seria responsável por fornecer informações oficiais acerca de eventual parceria público-privada (PPP) relacionada à Praça Roosevelt. Em resposta, o Cel. Arruda informou que irá levantar a demanda junto aos órgãos competentes antes de se manifestar, a fim de evitar informações imprecisas, e que a resposta será encaminhada ao conselheiro Lui Seixas, que também é um dos representantes da praça.

Por fim, o conselheiro Fábio Sanchez sugeriu a realização de audiência pública para a Praça Roosevelt, a exemplo do ocorrido na Praça Polidoro, destacando a importância do instrumento para a participação da população do entorno e para a cultura local.

O conselheiro suplente Fernando (Nando Kiss) informou que tomou conhecimento da existência de processo em andamento para contratação da São Paulo Parcerias, com o objetivo de realização de estudos técnicos para eventual concessão do estacionamento da Praça Roosevelt, havendo possibilidade de extensão dessa concessão à própria praça, embora sem informações claras a respeito. Em resposta, o Cel. Arruda afirmou que, para evitar o repasse de informações imprecisas, irá levar a demanda ao superior hierárquico, buscar esclarecimentos e retornar com respostas mais consistentes, encaminhando-as ao conselheiro Lui Seixas.

O conselheiro destacou ainda que diversas praças da região já são cercadas, como a Praça Rotary, Buenos Aires, Princesa Isabel e Júlio Prestes, diferenciando o conceito de praça e parque, e manifestou preocupação quanto à eventual ampliação de cercamentos por meio de PPP, posicionando-se contrariamente ao cercamento da Praça Roosevelt, por considerar incompatível com a vida noturna, as atividades culturais do entorno e o contexto urbano do Baixo Augusta.

O Cel. Arruda explicou que, em alguns casos, o cercamento de praças tem sido adotado como medida para coibir vandalismo e permitir gestão comunitária, com abertura diurna e fechamento noturno, citando experiências em que a retirada de grades resultou em danos ao patrimônio público.

Por fim, Fernando relatou problemas recorrentes com infestação de ratos em vias do Centro, mencionando a Rua Benjamin Constant, e apontou deficiências na manutenção das ciclovias, como falta de poda, acúmulo de detritos e ausência de sinalização adequada, destacando riscos à segurança de ciclistas e trabalhadores que utilizam a bicicleta como meio de trabalho.

O municipalidade André Bogdan informou que participa de atividades na Praça Roosevelt, como caminhadas noturnas, e relembrou que acompanhou todas as audiências públicas realizadas no passado sobre a tentativa de fechamento da praça, processo que gerou ampla mobilização social para a manutenção do espaço aberto.

Relatou a existência de nota de esclarecimento do CONSEG, em nome de Marta Porta, referente à realização de eventos na praça e com menção ao Ministério Público, ressaltando que posteriormente foi informado de que não houve encaminhamento formal por parte da Subprefeitura, solicitando esclarecimentos sobre o tema.

O municipalidade também registrou o histórico do cachorródromo, destacando que o espaço foi deslocado para local inadequado, sem manutenção e com baixa utilização, e que a zeladoria prometida durante as reformas não se concretizou conforme anunciado, solicitando que tal informação constasse em ata.

Requeru ainda que fosse registrado que a zeladoria da praça seria custeada com recursos

provenientes do estacionamento, solicitando a apuração do motivo pelo qual o estacionamento encontra-se em nome da CET para uso privado de policiais militares e guardas civis metropolitanos, sem abertura à população. Ressaltou que o estacionamento nunca funcionou como uso público, permanecendo fechado até hoje, sendo utilizado de forma privada por servidores, que organizam internamente o uso do espaço. Informou, por fim, que deixaria o questionamento formalizado por escrito.

O Cel. Arruda informou que serão verificadas as questões relacionadas ao projeto da Praça Roosevelt, especialmente quanto à eventual proposta de fechamento do espaço e às alegações de insuficiência de efetivo da Guarda, esclarecendo que não há projeto formal da Guarda Civil Metropolitana sobre o tema em trâmite na Subprefeitura. Destacou a inexistência, até o momento, de informações claras sobre eventuais contratos futuros, inclusive com empresa privada, sendo necessário tratamento interno junto à Subprefeitura e instâncias superiores para obtenção de dados e realização da devida oitiva.

Esclareceu que determinadas devolutivas são realizadas de forma institucional, cabendo ao coordenador representar o Conselho, e não a moradores individualmente. Abordou ainda reclamação formal relacionada a evento cultural promovido pela Secretaria de Cultura, em razão do uso de linguagem considerada inadequada, sobretudo pela presença de crianças, ressaltando a necessidade de maior cautela na autorização de eventos.

Destacou que a gestão de conflitos no uso do espaço público é um desafio permanente, havendo posições divergentes entre moradores quanto à realização de eventos, especialmente os que envolvem som elevado. Reforçou que eventos não são proibidos, desde que observem rigorosamente a legislação vigente, em especial os limites de ruído. Por fim, esclareceu que a Subprefeitura atua dentro de suas competências legais, buscando compatibilizar interesses distintos, e sugeriu a realização de reunião específica para tratar das demandas relacionadas à praça e à região.

Castilho, representante do CONSEG Campos Elíseos, destacou que o Conselho Participativo Municipal tem como função principal encaminhar demandas e promover o diálogo entre a população e os órgãos competentes, não sendo responsável pela execução direta de ações. Citou como exemplo as reuniões intersetoriais do CONSEG, que contam com a participação da Polícia Civil, Polícia Militar, GCM, Metrô, Subprefeitura e CET, possibilitando que moradores apresentem demandas diretamente às chefias responsáveis, ressaltando que manifestações presenciais tendem a ser mais efetivas do que reclamações em redes sociais.

Esclareceu que o CONSEG não executa serviços de zeladoria, mas atua no encaminhamento de demandas, inclusive relativas ao controle de pragas. Mencionou o caso da Praça Roosevelt, onde foram identificadas tocas de ratos, o que motivou a solicitação de interdição temporária para aplicação de medidas de controle, em razão dos riscos à saúde, especialmente de crianças que utilizam o espaço.

Por fim, agradeceu ao CPM pela destinação de verba significativa de aproximadamente 1 milhão e 200 mil, para melhorias na Praça Rotary, esclarecendo que a intervenção inicial ocorreu sem uso de recursos financeiros, e parabenizou o empenho coletivo, convidando os presentes para reunião futura sobre segurança na região.

O munícipe Cauê Jannini apresentou demandas referentes à Praça Rotary e à Praça Roosevelt, com destaque para a solicitação de redutores de velocidade em frente a creches e outras instituições, visando maior segurança viária. Informou que tais demandas já foram encaminhadas à CET e que serão produzidos novos registros audiovisuais para reforçar os pedidos.

A conselheira Rosalia solicitou informações detalhadas sobre as propostas votadas anteriormente, incluindo a numeração dos processos SEIs, para fins de acompanhamento por todos os conselheiros, especialmente aquelas relacionadas à instalação e manutenção de brinquedos na Praça Rotary, como

gira-gira e estruturas de madeira. Requereu ainda a elaboração de relatório consolidado ao final do ano, reforçando que a transparência é princípio fundamental do Conselho.

Por fim, abordou a necessidade de ampliação da cobertura vegetal na cidade, e manifestou crítica à incoerência entre elevados gastos públicos com enfeites natalinos e eventos festivos diante da persistência de graves problemas sociais e sanitários, mencionando casos de escorpiões, impactos de demolições na Favela do Moinho, inclusive morte de animais em meio a demolição dos barracos, e refletindo sobre a situação de pessoas em vulnerabilidade em espaços públicos, como a Praça da Sé, levantando-se reflexões sobre o modelo de sociedade vigente.

A conselheira Carolina Albuquerque comparou a situação da Praça Rotary com a da Favela do Moinho, ressaltando que, enquanto há mobilização para solucionar demandas pontuais da praça, na região do Moinho persistem graves problemas sanitários, como tocas de ratos, acúmulo de entulho, presença de escorpiões e ausência de atuação efetiva da Zoonoses, com relatos de pessoas e animais picados e risco iminente para crianças.

Relatou que moradores vivem em meio a escombros, lixo e animais peçonhentos, inclusive com demolições ocorrendo com pessoas ainda nas residências, havendo registro de desabamento de parede sobre morador, sem providências adequadas do poder público. Destacou que, apesar de registros audiovisuais, ações da Zoonoses foram canceladas sem justificativa, e que a coleta interna de lixo, anteriormente existente, deixou de ocorrer, agravando a situação sanitária.

Apontou ainda o risco representado por fios caídos em vias públicas, sem identificação das concessionárias responsáveis, sugerindo a criação de planilha compartilhada com registros fotográficos e endereços para encaminhamento aos órgãos competentes e responsabilização das empresas.

Em resposta, o Cel. Arruda informou que as ocorrências poderão ser encaminhadas para análise e posterior envio à Enel, para verificação técnica.

Boa noite sou a Anabella Andrade da associação de moradores do Bairro do Bixiga, sou doutoranda em gestão pública da PUC e faço um trabalho de controle social de toda a verba que a nossa subprefeitura usa nas obras.

Foi relatado que investimentos realizados anteriormente na Praça Roosevelt não contaram com a devida escuta dos moradores da região. A munícipe manifestou preocupação com declarações públicas atribuídas a uma pessoa envolvida na gestão e em espaços de participação social, consideradas discriminatórias, e solicitou atenção quanto à influência e atuação dessa pessoa em processos decisórios e em conselhos.

Também foi mencionada a existência de dificuldades e negativas para a realização de eventos culturais e sociais na Praça Roosevelt, incluindo manifestações de matriz afro-religiosa, bem como a percepção de tratamento desigual em relação a outros eventos de cunho religioso, ressaltando o princípio do Estado laico e o direito ao uso democrático do espaço público.

Por fim, foi apresentada a demanda referente à negativa para a realização de feira cultural e artesanal organizada por coletivo composto por mulheres egressas do sistema prisional, devidamente cadastradas em órgão competente, solicitando esclarecimentos sobre os critérios adotados e a revisão da decisão.

O Cel. Arruda ressaltou que, ao se citar pessoas físicas, é necessário assegurar o direito à ampla defesa, sendo inadequado aprofundar comentários ou críticas na ausência do citado.

APROVAÇÃO DAS ATAS

Dando prosseguimento à pauta, o coordenador Antonio Ronaldo iniciou a etapa de leitura, apreciação

e votação das atas. Foram submetidas à aprovação a ata da 9ª reunião plenária ordinária, realizada em 13/10/2025, e a ata da reunião plenária extraordinária, realizada em 15/09/2025, cujo tema foi saúde.

Após a contagem dos votos, a ata da 9ª plenária ordinária foi aprovada pela maioria, com 18 conselheiros titulares presentes votando favoravelmente. Já a ata da plenária extraordinária da saúde foi aprovada por 20 conselheiros titulares.

6. Devolutiva da Praça Rotary;

O coordenador informou que já havia sido falado.

7. Regramento para o Grupo de Trabalho;

O coordenador Antonio Ronaldo levantou a necessidade de tratar do regulamento do Grupo de Trabalho (GT). Questionou-se ao antigo coordenador, Cesar Massaro, se já existe regulamento formalizado, sendo informado que ainda não. Diante disso, propõe-se a criação de regras básicas, iniciando-se pela composição dos grupos, que deverão contar, no mínimo, com coordenador(a) e secretário(a) para cada GT. O que já consta.

Na sequência, são apresentadas as regras básicas de funcionamento dos GTs:

Toda reunião de GT deve ser comunicada previamente pelo coordenador do GT ao coordenador do Conselho Participativo Municipal (CPM), para ciência da mesa, conforme previsto em portarias e no regimento.

Ressalta-se que reuniões não comunicadas podem caracterizar reuniões paralelas, vedadas pelo decreto, especialmente o disposto no artigo quinto, item e.

A cada dois meses, o coordenador do GT deverá informar o CPM, por meio de minuta ou relatório, sobre os trabalhos e serviços em andamento, para que constem na ata das reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho.

Solicitações de reuniões com secretarias devem ser comunicadas ao Conselho, cabendo ao coordenador do CPM a emissão de ofício de convocação, quando necessário.

Destacou que tais procedimentos ainda não constam formalmente do regimento interno, sendo necessária sua inclusão futura, a partir da definição clara dessas regras, de modo a garantir segurança institucional e regularidade das ações.

Esclareceu que, em situações emergenciais, os GTs podem se reunir para tratar de demandas urgentes; contudo, mesmo nesses casos, é indispensável que haja comunicação mínima à coordenação do CPM, informando data e realização da reunião, sem necessidade de formalidades adicionais.

Quanto às minutas, esclareceu que se tratam de relatórios simples das atividades realizadas pelos GTs, conforme exemplo já praticado anteriormente, servindo como subsídio para registro em ata e acompanhamento do andamento dos trabalhos.

O ex-coordenador Cesar Massaro lembrou que, no momento da instalação dos Grupos de Trabalho (GTs), foi disponibilizada uma diretriz básica nos grupos de WhatsApp, com participação de membros da mesa diretora, com o objetivo de garantir a fluidez da comunicação. Destacou a importância de resgatar essa diretriz inicial para incorporá-la ao regimento interno, fortalecendo a comunicação entre os GTs e a mesa.

O coordenador Antonio Ronaldo apresentou informações sobre o controle de ofícios da mesa, informando que a primeira gestão expediu nove ofícios e que, na gestão atual, a numeração já alcançou o ofício nº 63, evidenciando o volume significativo de trabalho, incluindo a elaboração de ofícios e atas, inclusive em períodos de feriado. Esclareceu que há controle formal dos documentos e que, a partir de então, conselheiros que solicitarem encaminhamentos poderão auxiliar na elaboração dos ofícios, conforme a natureza da demanda. Diferenciou ainda os ofícios deliberados em reunião de outros documentos, como cartas, notas ou manifestações, que poderão ser produzidos conforme o caso e submetidos à mesa para apreciação.

Esclarece que a mesa pode aprovar ou não determinadas iniciativas. Questiona-se a diferença entre escrever um ofício e outros tipos de encaminhamento. Esclareceu que o ofício é um documento oficial, utilizado para comunicação com secretarias, subprefeituras e outros órgãos públicos, e que, ao

ser protocolado, passa a integrar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Explicou que as instruções de correspondência da Prefeitura de São Paulo preveem diversos tipos de documentos oficiais e que comunicações entre órgãos, bem como encaminhamentos a órgãos externos, normalmente se dão por meio de ofícios. Ressaltou que cartas de repúdio não constituem documentos oficiais, embora possam ser inseridas em processos no SEI.

É feita uma explanação, pelo Coronel Arruda, sobre a importância do SEI, destacando-se que o sistema garante a memória institucional e a recuperabilidade das informações, permitindo o acompanhamento do trâmite e do histórico dos documentos. Ressalta-se que, uma vez inserido e encaminhado no sistema, o conteúdo não pode mais ser alterado, o que exige atenção redobrada antes do envio.

Apresentou exemplo de encaminhamento de demanda urgente, no qual foi feito contato inicial por mensagem e, posteriormente, envio de e-mail com documentação anexa. Esclareceu a diferença entre e-mail e ofício: o e-mail é mais rápido e objetivo, porém não possui o mesmo caráter formal do ofício, sendo adequado apenas para determinados tipos de comunicação.

Ressaltou que algumas demandas podem ser resolvidas de forma direta, como solicitações simples de manutenção, enquanto outras exigem formalização por meio de ofício. Destacou o volume elevado de demandas recebidas e a necessidade de priorizar respostas com a maior celeridade possível, considerando as diversas atribuições exercidas no atendimento ao público, conselhos, comissões e processos eleitorais.

Registrou dificuldade técnica relacionada à qualidade da internet, impactando o uso de equipamentos e sistemas.

Na sequência, o coordenador Antonio Ronaldo, apresentou devolutiva da Casa Civil, informando que, conforme orientação da Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM), não é autorizada a colocação de placas ou identificações em obras realizadas em espaços públicos, inclusive aquelas executadas com recursos do Conselho Participativo Municipal. Esclarece-se que, apesar da importância da divulgação das ações do Conselho, a norma vigente não permite esse tipo de identificação.

Em seguida, foi informado o recebimento de comunicado solicitando definição quanto à destinação do valor de três mil reais suplementados ao orçamento do Conselho. Esclareceu que o valor já havia sido aprovado anteriormente, sendo agora necessária a definição da sua alocação: contratação de serviços, aquisição de material de consumo ou aquisição de material permanente.

Após discussão, esclareceu que material de consumo se refere a itens que se esgotam com o uso, como café e insumos, enquanto material permanente refere-se a bens duráveis que permanecem como patrimônio para gestões futuras. Discutiui-se a possibilidade de aquisição de equipamentos que facilitem o registro e a democratização das reuniões, como câmera, tripé e serviços de armazenamento em nuvem.

O coordenado informou que já foram apresentados os orçamentos com os valores estimados para os itens mencionados. Após deliberação, a proposta de destinação dos recursos para aquisição de material permanente e serviços relacionados é colocada em votação e aprovada pelos presentes, ficando registrada para aplicação no exercício correspondente.

Devolutiva sobre as 67 obras que o CPM encaminhou

O coordenador Antonio Ronaldo apresentou a devolutiva geral sobre as obras e encaminhamentos realizados pelo Conselho, informando que 67 propostas foram submetidas à votação, das quais 26 foram contempladas com recursos, enquanto as demais foram utilizadas pela Subprefeitura ou encaminhadas às secretarias competentes. Foram mencionadas propostas relativas a calçadas, passarelas, banheiros públicos e outras intervenções urbanas.

Informou que uma solicitação específica de banheiro público não será atendida pela empresa responsável, sendo sugerida a possibilidade de articulação com a concessionária do Vale do Anhangabaú para alternativa viável. Destacou que alguns encaminhamentos ainda dependem de ofícios pendentes e de reuniões técnicas com órgãos como SIURB e secretarias envolvidas.

Também foram citadas demandas relacionadas a projetos educacionais, caixas de sedimentação, hortas comunitárias e bebedouros, esclarecendo-se que parte dessas ações depende de previsão em projetos existentes ou de definições técnicas específicas. Por fim, registrou que a apresentação

constitui a devolutiva geral até o momento, ficando consignado que novos desdobramentos serão oportunamente informados ao Conselho.

9. Informes Gerais; finalização e agradecimentos.

Iniciou-se a discussão sobre a situação das faltas dos conselheiros, sendo informado que o conselheiro titular Rafael comprometeu-se a encaminhar os atestados referentes às suas ausências. Foi anunciado que alguns conselheiros ultrapassaram o limite de faltas permitido, sendo citados, entre outros, Luiz Gonzaga, Najila e Sheila Ventura Pereira.

A conselheira Sheila manifestou-se afirmando que sempre justificou suas ausências, embora sem apresentação de atestados médicos, mas com comprovantes de seus compromissos. Registrou-se que, no início da gestão, sob a coordenação de Cesar, foi deliberado manter os critérios da gestão anterior quanto às justificativas de faltas, decisão votada e aprovada em março, restringindo as justificativas a motivos como saúde e óbito, salvo exceções deliberadas pelo colegiado.

Destacou-se que a principal dificuldade decorre da ausência de regimento interno atualizado, gerando interpretações divergentes, e que compromissos externos, por si só, não configuram falta justificada, conforme deliberação vigente. Discutiu-se ainda a necessidade de deliberação prévia para designação de representantes do Conselho em audiências públicas e reuniões externas, especialmente quando coincidentes com as reuniões ordinárias, para que tais ausências sejam consideradas justificadas.

Foi enfatizado que os critérios não terão efeito retroativo, devendo ser aplicados apenas a situações futuras, e que o tema será tratado no regimento interno, com previsão de avanço nos meses de janeiro ou fevereiro. Por fim, foram repassadas orientações práticas quanto ao envio de atestados e documentos comprobatórios à base administrativa para registro adequado.

A conselheira Carolina Albuquerque sugeriu a realização de um encontro de confraternização de fim de ano do Conselho Participativo Municipal, a ser organizada posteriormente pelo grupo de WhatsApp.

Por fim, sentou-se à mesa, o representante da CET, senhor Edmarcos. Ressaltou a importância da formalização e das devolutivas das demandas encaminhadas pelo Conselho, enfatizando a necessidade de que as solicitações continuem sendo realizadas por meio de ofícios, a fim de assegurar respostas oficiais e acompanhamento efetivo por parte dos órgãos competentes.

Na ocasião, foi apresentada devolutiva técnica referente à solicitação de plantio e alteração de ciclovia na Rua Dona Ana, nº 1124, solicitada pela conselheira Carolina Albuquerque, informando-se que, após análise técnica e vistoria, trata-se de via com aproximadamente 250 metros de extensão, não havendo ciclovia implantada no referido local.

Como segunda devolutiva, informou que houve intensificação da fiscalização na Praça Olavo, no período de 1º a 15 de agosto de 2025, realizada pelas equipes operacionais.

Por fim, reforçou que é fundamental manter a oficialização das solicitações, uma vez que sempre haverá retorno — positivo ou negativo, conforme a viabilidade técnica — ressaltando que órgãos como a CET têm o dever de responder, ainda que seja para comunicar a impossibilidade de atendimento.

5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas, e apresentadas em reuniões anteriores;

8. Furto de Fios na região da Liberdade.

No total foram 14 (catorze) demandas trazidas e mais 4 (quatro) de CET.

Número	Demanda	Responsável
1	Boca de lobo entupida na esquina da Al. Barão de Limeira x Al. Ribeiro da Silva.	Pedro Campos Duarte Maciel
2	Melhorias na Praça Roosevelt.	André Luiz de Oliveira Bogdan
3	Esclarecimentos sobre eventos na Praça Roosevelt.	André Luiz de Oliveira Bogdan
4	Trocar papeleira na esquina das Ruas Safira x Cruz e Souza, Aclimação/Liberdade.	Fábio Lúcio Sanchez
5	Retirada de blocos de concreto na Praça Alfredo Lessa e Rua dos Gusmões 219/ 225. Afundamento do asfalto na Rua do Triunfo, entre Vitória e Aurora. Instalação da câmera SmartSampa na rua dos Gusmões x Andradas. E na quadra da Rua Gusmões entre Andradas e Triunfo, voltou o acúmulo de usuários de drogas.	Rose Maria Das Graças Correa De Oliveira
6	Não colocar as barracas de feira em cima das tampas da Enel, pois impossibilita o trabalho da empresa.	Elizabeth Soares
7	Lixo acumulado na Rua Barão de Piracicaba em frente ao bombeiro	Sonia Maria Domingues Pereira
8	Requer a retirada dos containers e caçambas cinzas das ruas. E solução para a sujeira deixada após a distribuição das marmitas no Largo do Arouche.	Paula Ventura da Costa
9	Desratização da Praça Rotary.	Luciana Bologuini Ferreira Machado
10	Requer a instalação de lixeiras na Praça Roosevelt, Rua Gravataí, escadaria da Praça e Rua João Guimarães Rosa. Arrumar o cachorródromo colocando areia ou grama. Reforma dos quiosques e resposta sobre a criação do Comitê de Usuários.	Ricardo dos Santos Silva
11	Reforma do parquinho infantil da Praça Rotary. Necessidade de mais lixeiras. Implantar redutor de velocidade no entrono em razão das escolas.	Cauê Jannini
12	Requer informações sobre a reforma da Praça Roosevelt.	Caroline Sporrer

13	Requer zeladoria e instalação de lixeiras na Praça Roosevelt. Desratização da área central toda. Poda de árvores na ciclovia da Rua Conselheiro Furtado x Anita Garibaldi, zeladoria na Rua da Consolação e pintura da ciclovia da Rua Três Rios.	Fernando Henrique Sella
14	Plantio de árvores	Ivan

Demandas CET:

1	Sinalização na Praça da Liberdade do nº 89 ao 123.	Elizabeth Soares
2	Sinalização nas Ruas Três Rios 282, Rua da Consolação e Rua Apa 456.	Fernando Henrique Sella
3	Redutor de velocidade na Rua Jaguaribe.	Cauê Jannini
4	Semáforo na região do Largo do Arouche.	Paula Ventura da Costa

Encerrada a 11ª Reunião Plenária Ordinária do CPM/Sé, biênio 2025/2026, às 21:30h.

Estiveram nesta reunião:

- **22 (vinte e dois)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares presentes: Antonio Ronaldo Dos Santos; Antônio Matheus Montano; Barbara Cavalcanti; Carolina Albuquerque Gonçalves; César Augusto Massaro; Elizabeth Soares; Fábio Lúcio Sanchez; Hamilton Simões Pires; Katharine Amorim Borges Maciel; Luís Felipe Da Silva Seixas; Maria Aparecida Duarte Maciel; Maria Lilian Galvarro Peña; Neide Pereira Da Rocha; Névson Soares Ferreira Júnior; Rafael Felício De Oliveira Dos Santos; Raquel Budow; Rosalia Do Carmo Larrubia; Rose Maria Das Graças Correa De Oliveira; Rosemeire Rosa De Oliveira; Sheila Ventura Pereira; Sonia Maria Domingues Pereira e Wang Kim Do Espírito Santo.
 - **03 (três)** Conselheiros Participativos Municipais **Suplentes presentes:** Fernando Henrique Sella; Jessica Tapia e Maria Angelica Pelegrine.
 - **02 (dois)** Convidados e Autoridades presentes: Interlocutor Sr. Cel. Luiz Eduardo Pesce Arruda (SubSé) e Edmarcos Souza Alves (CET).
 - **23 (vinte e três)** Munícipes presentes: Renata Acácio Martins; Dirceu Felix do Nascimento; Ivan Damasceno Vinicius; Nives Ibane Ramirez Guevara; Ana Kernery; Paula Ventura da Costa; Ricardo Santos Silva; Thiago de Jesus Monteiro; André Luzzi; Denise B.; Heitor Valter; Carolina Sporrer; Vanessa Bertoni; Leonardo Alves Santos; Luciana Bologuini; Rayssa S. Cortez; Eduardo Magrão; Antonio Castilho; Pedro da Mota; André Bogdan; Cauê Jannini e Anabela Andrade.
- 1.
- **19 (dezenove)** Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes: Augusto Luiz De Aragão Pessin; Caio Júlio Cesar Lopes; Carlos Eduardo Magalhães; Charles Gentil; Elza Pereira Barbosa da Silva; Flaviano Gayer Carvalho; Gilmara Gonçalves Santos Gondim; Laudicéia Borges Da Silva; Leandro Lago Da Silva; Luiz Gonzaga Da Silva; Marcelo Montanheiro Pagliaruli Garini; Maria Ana Figueiredo (FALECIDA); Maria Anunciação de Souza; Najila Barbosa Reis; Paulo Cesar Torres de Freitas; Olga Luísa

Leon De Queiroga; Roberto Guerrero; Roberto Quaglietta; Rosangela Zanon Monteiro.

- **37 (trinta e sete)** Conselheiros Participativos Municipais Suplentes ausentes;
- 2.
- **2 (dois)** Conselheiro Participativo Municipal justificado: Francisca Nunes Batista Chiovitti e Ualdo Nascimento.

Totalizando **50 (cinquenta)** participantes.

Lavra-se esta Ata.

São Paulo, 01 de dezembro de 2025.

Sr. **Antonio Ronaldo dos Santos** / Coordenador
Sra. **Barbara Cavalcanti** / Secretária-Geral
Sra. **Maria Lilian Galvarro Peña** / Secretária-adjunta

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 22/01/2026, às 15:04.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **149841257** e o código
CRC **B9F3C391**.

Referência: Processo nº 6056.2025/0000790-0

SEI nº 149841257